

## Anexo I

### TERMO DE REFERÊNCIA

#### **PREGÃO PRESENCIAL, ELETRÔNICO** PRESTAÇÃO DE SERVIÇO CONTÍNUO SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA



**MINISTÉRIO DA DEFESA**  
**EXÉRCITO BRASILEIRO**  
**HOSPITAL GERAL DE SALVADOR**

**PREGÃO Nº 13/2018**  
(Processo Administrativo nº 80613.006784/2018-48)

#### **1. DO OBJETO**

**1.1.** Contratação de serviços de dedetização (desinsetização, desratização e descupinização) em todas as áreas internas e externas das dependências do Hospital Geral de Salvador, totalizando 5.948,33 m<sup>2</sup>, conforme condições, quantidades, exigências e estimativas, estabelecidas neste instrumento:

Item	Descrição/ Especificação	Und. de Medida	Qtd	Cronograma	Valor de Referência	Valor Total
1	Serviços mensal de dedetização (desinsetização, desratização e descupinização) de área do Hospital Geral de Salvador, totalizando 5.948,33 m <sup>2</sup>	mês	12 meses	02 aplicações / mês (1 diurna e 1 noturna)	R\$ 1.564,58	R\$ 18.774,96

#### **2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO**

**2.1.** A execução do serviço em tela visa atender às necessidades de manter as áreas internas e externas do Hospital Geral de Salvador isentas de pragas urbanas, bem como atender às exigências sanitárias vigentes quanto à preservação da saúde pública e do meio ambiente através do controle eficaz no que tange à ocorrência de insetos e roedores.

#### **3. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS**

**3.1.** Nos termos do parágrafo único, do art. 1º, da Lei 10.520, de 2002, o objeto a ser contratado é de natureza comum.

**3.2.** Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 2.271, de 1997, constituindo-se em atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares à área de competência legal do órgão licitante, não inerentes às categorias funcionais abrangidas por seu respectivo plano de cargos.

**3.3.** A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

#### **4. FORMA DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS**

**4.1.** Os serviços serão executados conforme discriminado abaixo:

4.1.1. Para o extermínio das pragas urbanas objeto deste Termo de Referência, deverão ser utilizados produtos químicos devidamente registrados pela ANVISA, em aplicações quinzenais que garantam eficácia de 100% (cem por cento) de efetividade do controle, além de segurança para os funcionários da empresa contratada, para os servidores e usuários da contratante, bem como para o meio ambiente, segundo o cumprimento de Boas Práticas Operacionais e exigências dispostas na Resolução - RDC nº 52, de 22 de outubro de 2009 - ANVISA.

4.1.2. Na hipótese de insucesso no controle das pragas com os produtos tradicionalmente utilizados, a contratada deve providenciar, de imediato, a substituição dos mesmos, também apropriados para o uso em ambiente hospitalar, e realizar aplicações subsequentes de reforço em quantidades necessárias, sem limitação de vezes, para garantia da efetividade do controle das pragas.

4.2. A Contratada deverá executar o serviço utilizando-se de todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários à perfeita execução contratual, sendo de sua inteira responsabilidade e expensas, conforme disposto no Termo de Referência.

4.3. Os serviços serão feitos na periodicidade abaixo:

Diurno: todas as áreas

Noturno: rancho e gabinete odontológico

Desinsetização	01 aplicação quinzenal	2 aplicações por mês (1 diurna e 1 noturna)
Desratização	01 aplicação quinzenal	
Descupinização	Na eventualidade de infestação	

#### **5. INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA**

**5.1.** A demanda do órgão gerenciador e dos participantes tem como base as seguintes características:

## 5.1.1. Áreas internas:

Área I: unidades de internação, UTI, centro cirúrgico, pronto atendimento, ambulatório, laboratório, salas da administração, dependências da diretoria, arquivos, alojamentos, farmácia hospitalar e depósitos, e cozinha hospitalar.

Área II: instalações da guarda, alojamento do oficial de dia, capela, necrotério, depósito de resíduos, JISG, alojamentos, farmácia ambulatorial, cantina, barbearia, lavanderia, instalações da caldeira, almoxarifado, garagem, odontoclínica, fisioterapia, seção de obras, refeitórios e depósitos de gêneros alimentícios.

Descrição	Área
Unidade de internação B	334,00 m <sup>2</sup>
Unidade de internação C	368,00 m <sup>2</sup>
Centro cirúrgico	381,00 m <sup>2</sup>
UTI e corredor	164,00 m <sup>2</sup>
Pronto atendimento	169,00 m <sup>2</sup>
Ambulatório	95,20 m <sup>2</sup>
Laboratório	198,00 m <sup>2</sup>
Odontoclínica	401,00 m <sup>2</sup>
Necrotério	11,72 m <sup>2</sup>
Lavanderia	190,00 m <sup>2</sup>
Junta de inspeção de saúde	31,97 m <sup>2</sup>
Farmácia hospitalar + CAFs	189,04 m <sup>2</sup>
Faex	30,45 m <sup>2</sup>
Abrigo de resíduos	40,00 m <sup>2</sup>
Fisioterapia	240,00 m <sup>2</sup>
Pavilhão de comando, 1º e 2º andares	1.373,76 m <sup>2</sup>
Refeitórios (1º e 2º andares) + Depósitos de alimentos	240,00 m <sup>2</sup>
Divisão administrativa	183,18 m <sup>2</sup>
Auditório	161,60 m <sup>2</sup>
Área dos alojamentos	362,70 m <sup>2</sup>
Salc	39,55 m <sup>2</sup>
Almoxarifado	101,24 m <sup>2</sup>
Conformidade	18,7 m <sup>2</sup>
Divisão de medicina e encaminhamento	85,92 m <sup>2</sup>
Arquivos (same e arquivo morto)	35 m <sup>2</sup>
Unidade de internação A	162,70 m <sup>2</sup>
Instalações da guarda	48 m <sup>2</sup>
Capela	85,00 m <sup>2</sup>
Cantina	16 m <sup>2</sup>
Barbearia	9,6 m <sup>2</sup>

Caldeiraria	7 m <sup>2</sup>
Seção de obras	175 m <sup>2</sup>
Área total	5.948,33m <sup>2</sup>

Áreas Externas: quadra esportiva, quiosque, corredores, 18.774,96 estacionamentos e áreas adjacentes, e áreas no entorno das áreas I e II.

## **6. METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS.**

**6.1.** Os serviços deverão ser executados com base nos parâmetros mínimos a seguir estabelecidos:

6.1.1. verificação “in loco” dos serviços executados, e após a comprovação de que o mesmo atendeu a todos os requisitos, a sua aceitação será materializada pela aposição de assinatura e carimbo do fiscal de contrato no verso da Nota Fiscal correspondente, precedida da expressão “Declaro que foram executados os serviços desta Nota Fiscal, em yy/zz/200x” (conforme orientação da Secretaria de Economia e Finanças).

6.1.2. Fiscalização da efetividade do controle de pragas, através da constatação de inexistência das mesmas em qualquer das dependências descritas no item 4.1., realizando visitas ativas periódicas, com o critério de aceitação de 100% de efetividade;

6.1.3. Manutenção de canal aberto de comunicação de demandas ou reclamações dos diferentes setores e dependências do Hospital Geral de Salvador, através de ramal interno

6.1.4. Caso o serviço não atenda as especificações, a empresa deverá refazer o serviço no prazo de 24 horas sem ônus para o HGeS, e no caso de recusa, a empresa será penalizada, pelo não cumprimento do estabelecido no Edital, bem como estará sujeita às ações penais cabíveis.

## **7. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

7.1. Para que o presente serviço seja contratado e corretamente prestado, existem requisitos mínimos para sua satisfação, tais como:

7.1.1. local apropriado para os trabalhadores armazenarem seus pertences pessoais e produtos de uso laboral;

7.1.2. utilização de produtos químicos devidamente registrados pela ANVISA;

7.1.3. previsão de imediata substituição dos produtos químicos em caso de insucesso;

7.1.4. prévia garantia da efetividade do serviço prestado.

7.2. A contratação também requer que o HGeS/contratada exerçam práticas de sustentabilidade previstas no Termo de Referência, conforme disposto e orientado no Guia Nacional de Licitações Sustentáveis – NESLIC da Advocacia-Geral da União de 2016.

7.3. Há a necessidade de a atual contratada promover a transição contratual à nova contratada com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas.

## **8. MODELO DE GESTÃO DE CONTRATO E CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO**

8.1. O valor mensal estimado do contrato é de R\$ 1.564,58 (mil, quinhentos e sessenta e quatro reais e cinquenta e oito centavos), perfazendo o valor total para 12 (doze) meses de R\$ 18.774,96 (dezoito mil, setecentos e setenta e quatro reais e noventa e seis centavos).

8.1.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, materiais de consumo, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto contratado.

8.2. O prazo de vigência do Contrato será de 12 (doze) meses, a partir da data da sua assinatura, podendo, por interesse da Contratante, ser prorrogado por períodos sucessivos, limitado a sua duração a 60 (sessenta) meses, nos termos do inciso II do artigo 57, da Lei nº 8.666, de 1993.

8.3. O prazo para pagamento será de 30 (trinta) dias, contados a partir da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura pela Contratada.

8.4. O pagamento somente será efetuado após o “atesto”, pelo servidor competente, da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela Contratada, que conterá o detalhamento dos serviços executados.

8.5. O “atesto” fica condicionado à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela Contratada com os serviços efetivamente prestados.

8.6. Será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

8.6.1. não produziu os resultados acordados;

8.6.2. deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;

8.6.3. deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

8.7. Antes do pagamento, a Contratante realizará consulta on line ao SICAF e, se necessário, aos sítios oficiais, para verificar a manutenção das condições de habilitação da Contratada, devendo o resultado ser impresso, autenticado e juntado ao processo de pagamento.

8.8. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, nos termos da Instrução Normativa nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012, da Secretaria da Receita Federal do Brasil.

8.9. O pagamento será efetuado por meio de Ordem Bancária de Crédito, mediante depósito em conta-corrente, na agência e estabelecimento bancário indicado pela Contratada, ou por outro meio previsto na legislação vigente.

8.10. Será admitido o reajuste dos preços dos serviços continuados contratados com prazo de vigência igual ou superior a doze meses, nos termos do artigo nº 61, §2º da Instrução Normativa SLTI nº 05 de 26 de maio de 2017, desde que observado o interregno mínimo de 1 (um) ano, mediante a aplicação do IPCA – IBGE – índice de Preços ao Consumidor Amplo, ou outro que venha substituí-lo, divulgado pela instituição IBGE.

## **9. MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS**

9.1. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário:

9.1.1. Inseticida piretróide de síntese (éster do ácido crisantêmico) com ação de contato, a base de deltamethrin, dosagem de 10g/m<sup>2</sup> para baratas.

9.1.2. Formulação à base de gel com o específico ingrediente ativo hidramethylnone que age nas baratas através da absorção estomacal. Utilização: 0,25 a 0,50 g/m<sup>2</sup> para *Blattella germanica* (barata de cozinha), e 0,50 a 1,0 g/m<sup>2</sup> para *Periplaneta americana* (barata de esgoto).

9.1.3. Raticida anticoagulante parafinado (20g) de Dose Única (Segunda Geração), à base de Cumarina – Bromadiolone (0,005%). Utilizar 25 a 45g de isca para ratazanas e rato-de-telhado, e 20g a 25g para camundongos, por ponto de iscagem.

9.1.4. Isca Raticida de Dose Múltipla de Efeito cumulativo. Utilizar 0,025 a 0,05 para anticoagulante a base de Coumatetralil, e 0,03 a 0,05 para anticoagulante a base de Coumatetralil.

9.1.5. Cupinicida líquido, sem odor.

9.1.6. Estão proibidos os rodenticidas à base de alfa-naftiltiouréia (ANTU), anidrido arsenioso, estroctinina, fosfatos metálicos, fósforo branco, monofluoroacetato (1080), monofluoroacetamida (1081), sais de bário e sais de tálio (item F.2 - Port. 321-07/97), podendo ser utilizados os rodenticidas na forma de pós de contato, iscas simples, parafinadas ou resinadas, na forma de grânulos e pellets, conforme Portaria 321-07/97. Não são permitidas formulações líquidas, premidas ou não, pós-solúveis, pós molháveis ou iscas em pó (item F.5 - Port. 321- 07/97).

## **10. DA VISTORIA**

10.1. Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o licitante deverá realizar vistoria nas instalações do local de execução dos serviços, acompanhado por servidor designado

para esse fim, de segunda à quinta-feira, das 8:00 horas às 15:00 horas, devendo o agendamento ser efetuado previamente pelo telefone 3324-3213, podendo sua realização ser comprovada por:

**10.1.1.** Atestado de vistoria assinado pelo servidor responsável, conforme item 3.3 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG n. 5/2017, ou;

**10.1.2.** Declaração emitida pelo licitante de que conhece as condições locais para execução do objeto ou que realizou vistoria no local do evento, conforme item 3.3 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG n. 5/2017, ou caso opte por não realiza-la, de que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do trabalho, que assume total responsabilidade por este fato e que não utilizará deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejam avenças técnicas ou financeiras com este (órgão ou entidade).

**10.2.** O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.

**10.3.** Para a vistoria, o licitante, ou o seu representante, deverá estar devidamente identificado.

## **11. DO INÍCIO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**

**11.1.** A execução dos serviços tem previsão para ser iniciada após o fim do prazo contratual da atual empresa prestadora do serviço objeto deste contrato (em dezembro do ano de 2018).

## **12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

**12.1.** Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

**12.2.** Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

**12.3.** Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;

**12.4.** Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

**12.5.** Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura fornecida pela contratada, em conformidade com o item 6, ANEXO XI, da IN nº 05/2017.

**12.6.** A Administração realizará pesquisa de preços periodicamente, em prazo não superior a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados em Ata.

### **13. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

**13.1.** Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;

**13.2.** Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

**13.3.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;

**13.4.** Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

**13.5.** Apresentar os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso;

**13.6.** Apresentar à Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão o órgão para a execução do serviço;

**13.7.** Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Contratante;

**13.8.** Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;

**13.9.** Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a Contratada relatar à Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;

**13.10.** Relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;

**13.11.** Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

**13.12.** Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

**13.13.** Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;



**13.14.** Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993;

**13.15.** Deter instalações, aparelhamento e pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação;

**13.15.1.** Para a realização do objeto da licitação, a Contratada deverá entregar declaração de que instalará escritório nos municípios ou regiões metropolitanas abaixo discriminados, a ser comprovado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias contado a partir da vigência do contrato, dispondo de capacidade operacional para receber e solucionar qualquer demanda da Contratante, bem como realizar todos os procedimentos pertinentes à seleção, treinamento, admissão e demissão dos funcionários;

13.15.1.1. Salvador

13.15.1.2. Região Metropolitana de Salvador

**13.16.** Executar os serviços de acordo com o cronograma previsto no Edital do Pregão objeto desta licitação;

**13.17.** Apresentar, mensalmente, o certificado de garantia dos serviços executados no Hospital;

**13.18.** Responsabilizar-se pelo recolhimento de iscas utilizadas no combate aos roedores, bem como dos roedores mortos;

**13.19.** Apresentar as Equipes devidamente uniformizadas e identificar os seus profissionais através de crachás, contendo fotografia recente, nome e função, e exigir seu uso em local visível. A Contratante não poderá repassar os custos de qualquer dos itens de uniforme e dos equipamentos de proteção individual a seus empregados;

**13.20.** O representante da empresa deverá dirigir-se ao Fiscal de Contrato, responsável pela fiscalização do objeto do mesmo, todas as vezes que adentrar ao HGeS para a execução dos serviços contratados. Tão logo encerrados os trabalhos deverá ser emitido um comprovante de execução de serviço, a ser entregue ao Fiscal de contrato cujo nome será informado oportunamente à empresa vencedora, contendo no mínimo as seguintes informações:

13.20.1. Nome do cliente;

13.20.2. Endereço do imóvel;

13.20.3. Setor atendido pela aplicação;

13.20.4. Praga(s) alvo;

13.20.5. Grupo(s) químico(s) do(s) produto(s) utilizado(s);

13.20.6. Nome e concentração de uso do princípio ativo e quantidade do produto aplicado na área;

13.20.7. Nome do responsável técnico com o número do seu registro no Conselho correspondente;

13.20.8. Número do telefone do Centro de Informação Toxicológica mais próximo;

13.20.9. Endereço e telefone da Empresa Especializada.

## **14. DA SUBCONTRATAÇÃO**

**14.1.** Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

## **15. ALTERAÇÃO SUBJETIVA**

**15.1.** É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/por outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

## **16. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO**

**16.1.** O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993, e do art. 6º do Decreto nº 2.271, de 1997.

**16.2.** O representante da Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

**16.3.** A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

**16.4.** A execução dos contratos deverá ser acompanhada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle, que compreendam a mensuração dos aspectos mencionados no art. 47 e no ANEXO V, item 2.6, i, ambos da IN nº 05/2017.

**16.5.** A fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto e utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), ou outro instrumento substituto para aferição da qualidade da prestação dos serviços, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a Contratada:

**16.5.1.** não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

**16.5.2.** deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

**16.6.** A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

**16.7.** Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à Contratada a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

**16.8.** O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da Contratada a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

**16.9.** Em hipótese alguma, será admitido que a própria Contratada materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

**16.10.** A Contratada poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

**16.11.** Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à Contratada de acordo com as regras previstas no ato convocatório.

**16.12.** O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

**16.13.** O fiscal técnico, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

**16.14.** A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da CONTRATADA que contenha sua relação detalhada, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

**16.15.** O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

**16.16.** O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

**16.17.** A fiscalização da execução dos serviços abrange, ainda, as seguintes rotinas:

16.17.1. Verificação “in loco” dos serviços executados, e após a comprovação de que o mesmo atendeu a todos os requisitos, a sua aceitação será materializada pela aposição de assinatura e carimbo do fiscal de contrato no verso da Nota Fiscal correspondente, precedida da expressão “Declaro que foram executados os serviços desta Nota Fiscal, em yy/zz/200x (conforme orientação da Secretaria de Economia e Finanças);

16.18.2. Fiscalização da efetividade do controle de pragas, através da constatação de inexistência das mesmas em qualquer das dependências descritas no item 4.1., realizando visitas ativas periódicas, com o critério de aceitação de 100% de efetividade;

16.19.3. Atendimento de demandas ou reclamações dos diferentes setores e dependências do Hospital Geral de Salvador, através de ramal interno.

**16.18.** A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

## **17. DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO**

**17.1.** Os serviços serão recebidos provisoriamente no prazo de 05 (cinco) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser elaborado relatório circunstanciado, contendo o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato e demais documentos que julgarem necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

**17.2.** Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

**17.3.** Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 15 (quinze) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço executado e materiais empregados, com a consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

**17.3.1.** Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

**17.3.2.** Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato (item 4 do ANEXO VIII-A da IN nº 05/2017).

**17.4.** O recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, será realizado pelo gestor do contrato.

**17.4.1.** O gestor do contrato analisará os relatórios e toda documentação apresentada pela fiscalização técnica e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicará as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à Contratada, por escrito, as respectivas correções.

**17.4.2.** O gestor emitirá termo circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentação apresentados, e comunicará a Contratada para que emita a Nota Fiscal ou Fatura com o valor exato dimensionado pela fiscalização com base no Instrumento de Medição de Resultado (IMR), ou instrumento substituto.

**17.5.** O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

## **18 DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**18.1.** Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

**18.1.1.** inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

**18.1.2.** ensejar o retardamento da execução do objeto;

**18.1.3.** falhar ou fraudar na execução do contrato;

**18.1.4.** comportar-se de modo inidôneo; e

**18.1.5.** cometer fraude fiscal.

**18.2.** Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à Contratada as seguintes sanções:

**18.2.1.** Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

**18.2.2.** Multa de:

**18.2.2.1.** 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

**18.2.2.2.** 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem anterior ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

**18.2.2.3.** 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

**18.2.2.4.** 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das tabelas 1 e 2, abaixo; e

**18.2.2.5.** 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração Contratante a promover a rescisão do contrato;

**18.2.2.6.** As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

**18.2.3.** Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

**18.2.4.** Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;

**18.2.5.** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

**18.3.** As sanções previstas nos subitens 18.2.1, 18.2.3, 18.2.4 e 18.2.5 poderão ser aplicadas à Contratada juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

**18.4.** Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

Tabela 1

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

Tabela 2

INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	04
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	02
Para os itens a seguir, deixar de:		
5	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
6	Substituir empregado alocado que não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	01
7	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03
8	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato;	01
9	Providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações da Contratada	01

**18.5.** Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

**18.5.1.** tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

**18.5.2.** tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

**18.5.3.** demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

**18.6.** A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

**18.7.** A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

**18.8.** As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

Salvador, BA, 22 de outubro de 2018.

**CRISTIANE DE SANTANA COSTA – 1º Ten**  
Fiscal do Contrato

Diante da necessidade dos serviços aqui bem descritos,

Aprovo, em 22 de outubro de 2018.

**UBIRATAN DE OLIVEIRA MAGALHÃES – Cel**  
Ordenador de Despesas do HGeS